

Plano Diretor

## Alterações avançam na Câmara

Vereadores recuam em emenda sobre Batalhão Anhanguera. Projeto segue para Comissão Mista amanhã

Vandré Abreu

17 de abril de 2013 (quarta-feira)

## MUDANÇAS REJEITADAS

Quatro destaques foram votados em plenário ontem

2

DESTAQUE	O QUE É	VOTAÇÃO
<b>Alíneas i e j do artigo 110A</b>	Alíneas referentes a empreendimentos de natureza econômica diversa ou mista dentre as construções permitidas a não realizar o parcelamento em áreas a partir de 10 mil metros quadrados	<b>25</b> contra a retirada <b>7</b> favoráveis
<b>Artigo 116B</b>	Permite todas as tipologias e portes de usos e atividades não residenciais em áreas adensáveis e de desaceleração de densidade, ou seja, bairros mais populosos, como da Região Sul	<b>25</b> contra a retirada <b>7</b> favoráveis
<b>Artigo 116A</b>	Altera para o máximo o grau de incomodidade e de porte de vias locais, coletoras e arteriais sob influência de vias expressas como a Avenida Perimetral Norte, Anel Viário, GOs e BRs 153 e 060	<b>20</b> contra a retirada <b>3</b> favoráveis <b>5</b> abstiveram
<b>Emenda ao artigo 132A</b>	Inclusão da área do Batalhão Anhanguera, no Setor Marista, como área especial de interesse urbanístico	<b>16</b> favoráveis a retirada <b>9</b> contra, <b>7</b> abstiveram



Mentovani Fernandes



Protesto de estudantes da UFG e de ONG durante votação de mudanças do Plano Diretor

O plenário da Câmara Municipal aprovou na manhã de ontem, em primeira votação, o Projeto de Lei Completar nº28, que altera o Plano Diretor de Goiânia. Do texto original encaminhado pelo Paço, apenas uma emenda foi aprovada, a que permite templos religiosos e congêneres a construírem estacionamentos verticais gratuitos. A mudança não foi bem vista por técnicos da Prefeitura e pode ser vetado pelo prefeito, se for mantido pelos vereadores. Já a emenda do vereador Elias Vaz (PSoL) que classificava a área do Batalhão Anhanguera, no Setor Marista, como de interesse urbanístico, foi derrubada em plenário. O projeto segue agora para a Comissão Mista de Habitação, Urbanismo e Ordenamento Urbano da Casa, composta por 12 vereadores, amanhã pela manhã.

Dos 33 vereadores votantes, 27 foram favoráveis ao projeto original, 2 foram contra e 4 se abstiveram. Ao final, quatro destaques foram apreciados pelos vereadores e três deles foram rejeitados. O único aceito, proposto pelo vereador Geovani Antônio (PSDB), era pela retirada da emenda proposta na segunda-feira (15), na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ), com relação ao Batalhão Anhanguera. A

intenção da emenda era a de que qualquer mudança na destinação da área fosse discutida na Câmara. O Estado pretende vender a área pública, junto a outras que lhe pertence.

A bancada do PSDB, mesmo indicando o destaque, se absteve da votação junto com outros vereadores. Líder do prefeito na Câmara, a vereadora Célia Valadão (PMDB) disse que o prefeito Paulo Garcia indicava à bancada da situação que rejeitasse a emenda de Elias Vaz. O psolista afirmou que se tratava de uma manobra do governo para enganar os vereadores da base, o que foi rejeitado pelo petista Carlos Soares. A ideia de Geovani Antônio é propor na Comissão Mista que as áreas do Paço Municipal, no Park Lozandes, sejam colocadas como de interesse urbanístico. "Proponho até que se coloque o Batalhão Anhanguera também, mas não pode ser dois pesos e duas medidas."

A votação da saída da emenda, em favor do destaque de Geovani Antônio, foi o momento da sessão de ontem que mais rendeu discussão. Anselmo Pereira (PSDB) se indignou com o discurso de Elias sobre a suposta manobra tucana. A bancada do prefeito Paulo Garcia chegou a dizer que o petista quer deixar que Marconi Perillo (PSDB) governe de sua maneira, decidindo sobre a venda ou não da área do Batalhão Anhanguera. O destaque foi aprovado por 16 vereadores, 9 rejeitaram e 7 abstiveram.

## CONTRÁRIOS

Os destaques propostos e rejeitados tentavam a retirada dos artigos 110A, 116A e 116B do projeto enviado pela Prefeitura. Caso fossem aprovados, não haveria a alteração nos referidos artigos, mantendo o atual Plano Diretor, de 2007. Sobre o artigo 110A, a proposta era a retirada das alíneas i e j. Elas permitem que empreendimentos de natureza econômica diversa e mista não precisem realizar o parcelamento de áreas com o mínimo de 10 mil metros quadrados. Já os artigos 116A e B se referem ao aumento da comodidade dos empreendimentos em vias expressas (ver quadro).

As rejeições aos dois últimos pareceres foram as mais vaiadas pelos cidadãos que acompanhavam a sessão nas galerias do plenário. Durante toda a manhã, a galeria ficou tomada por representantes da organização não governamental (ONG) Verde Vale e do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Goiás (DCE-UFG). Eles pediam uma audiência pública na UFG para a discussão dos artigos 116A e B, que contempla a Avenida Perimetral Norte entre as vias expressas de alto grau de comodidade.

Os representantes das duas entidades presentes no plenário, a pedido dos vereadores, falaram, cada um deles, por cinco minutos. Ambos defenderam que o aumento do grau de comodidade na Avenida Perimetral Norte é benéfico apenas para uma empresa na região. As entidades entendem, em contrapartida, que esta expansão é prejudicial ao meio ambiente da Região Norte de Goiânia, além de impactar negativamente o trânsito e a urbanidade dos bairros.

## Paço deve vetar estacionamento vertical

(Gabriel Lisita)

17 de abril de 2013 (quarta-feira)

A emenda ao Plano Diretor aprovada pela Câmara de Goiânia que permite a construção de estacionamentos verticais em templos religiosos deve receber sinal negativo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável (Semdus). É o que diz o diretor de Planejamento e Gestão Sustentável do órgão, Sérgio Widerheker. Segundo ele, será feita uma reunião hoje com o secretário Nelcivone Melo para decidir os pontos da sugestão a ser feita ao prefeito Paulo Garcia. "Nós estamos estudando-o para que seja vetado da maneira como foi aprovado, pois contraria um parâmetro fundamental do Plano Diretor, que são os afastamentos das construções."

O texto, de autoria do vereador Richard Nixon (PRTB), permitiria que os templos religiosos construíssem estacionamentos verticais, sem que pudessem realizar cobrança, mas vem em momento delicado na discussão do tema, uma vez que empresários reclamam das dificuldades causadas por proibições de estacionamento em diversas vias e da falta de incentivos da Prefeitura para a construção de edifícios garagem. Informações de bastidores apontam que o vereador teve aval do Paço para apresentar o projeto. Segundo Widerheker, o cerne da questão não é essa, mas sim o que foi apresentado. "A proposta cria um estado de exceção para as igrejas, que ficariam possibilitadas de desrespeitar o que é ditado pelo Plano Diretor".

Para Ramos Nóbrega, um dos coordenadores da elaboração do Plano Diretor, a aprovação abre margem para a discussão sobre o interesse na construção de estacionamentos verticais. "Falta incentivo, principalmente fiscal, para se construir e talvez é isso o que as igrejas mais buscaram com o projeto. O tema precisa ser discutido mais profundamente."

Alguns vereadores e técnicos ouvidos também temem que a permissão dada às igrejas possa ser utilizada para, futuramente, abrir brecha para a mudança da legislação, com a eventual cobrança pelo estacionamento.

## Para entidade, projeto não atende interesse da cidade

(V.A.)

17 de abril de 2013 (quarta-feira)

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU) acredita que as propostas de mudanças no Plano Diretor de Goiânia visam atender os interesses que não são da própria cidade. Com a aprovação do Projeto de Lei em primeira votação, o presidente do CAU, John Silveira, acredita que a reunião da Comissão Mista é a última chance para que não ocorram as mudanças. "Acho que deve haver atualizações, mas que sejam de interesse da sociedade e não do mercado", diz o presidente.

Silveira afirma que as mudanças do Plano Diretor de Goiânia são parecidas com as que ocorrem em outras cidades, conforme atestado no último encontro de presidentes dos Conselhos de todo o país.

Até por isso, o CAU deve produzir um documento oficial em que se mostra contrário às mudanças propostas pela Prefeitura, além de realizar ações junto ao Ministério Público e mobilizar segmentos da sociedade para participar da sessão na Comissão Mista. No entanto, o presidente se diz pessimista quanto à retirada das mudanças propostas pela Prefeitura.

O vereador Djalma Araújo (PT), um dos que votaram contra a mudança do Plano Diretor, promete pedir a suspensão da tramitação do projeto por 30 dias para que ocorra mais discussões e audiências públicas.

O Conselho Universitário da Universidade Federal de Goiás (UFG) se reúne na sexta-feira e também vai discutir as mudanças no Plano Diretor, segundo o reitor Edward Madureira.